

Renan Albuquerque - Weberson Grizoste
organizadores



Estudos
Clássicos e
Humanísticos
& Amazonidades

ALEXA
CULTURAL

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

Vol. 2

© by Alexa Cultural

Direção

Yuri Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

K Langer

Revisão Técnica

Michel Justamend e Renan Albuquerque

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A319t ALBUQUERQUE, R.
G431w GRIZOSTE, W.

Estudos clássicos e humanísticos & amazonidades - vol. 2 , Renan
Albuquerque e Weberson Grizoste, Alexa Cultural: São Paulo, 2018

14x21cm - 218 páginas

ISBN - 978-85-5467-016-0

1. Antropologia - 2. Letras - 3. Estudos clássicos e humanísticos - 4,
Amazonas - I. Índice - II Bibliografia

CDD - 300

Índices para catálogo sistemático:

Letras

Estudos Clássicos e Humanísticos

Amazonas

Antropologia

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores.

ALEXA

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexax@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com



Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, n.
6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio
Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

A RELAÇÃO ENTRE POLÍTICA, ÉTICA E FELICIDADE, DE ACORDO COM A VISÃO TELEOLÓGICA DE ARISTÓTELES

Alexsandro Melo Medeiros¹

INTRODUÇÃO

Para o filósofo grego Aristóteles tudo na vida tem um propósito, tudo na vida visa um determinado fim. O propósito da medicina é a obtenção da cura. O propósito da arte é a busca pelo belo. O propósito “da construção naval é um navio, o da estratégia é a vitória e o da economia é a riqueza” (ARISTÓTELES, 1984, 1094a 9-8)². Mas de todos os propósitos, qual é aquele que é buscado e almejado por todos? A resposta dada pelo filósofo é que o propósito da vida de todos é a busca pela felicidade (*eudaimonia*)³. Com efeito, se perguntarmos a qualquer pessoa, seja médico, filósofo, artista ou o cidadão comum, se ele quer ser feliz, é evidente que obteremos como resposta um “sim”: “quase todos estão de acordo, pois tanto o vulgo como os homens de cultura superior dizem ser esse fim a felicidade e identificam o bem viver e o bem agir como o ser feliz” (id., ibidem, 1095a 18-20). Consoante sua doutrina teleológica e metafísica fundamental, todo ser tende necessariamente à realização da sua natureza, à atualização plena da sua forma: e nisto está o seu fim, o seu bem, a sua felicidade. Se a própria Natureza não age sem propósito, tampouco o homem. É o que vemos logo no início da *Ética a Nicômaco* (ARISTÓTELES, 1984, 1094a 1-5):

1 Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia/Universidade Federal do Amazonas. Professor de Filosofia da Universidade Federal do Amazonas. Bolsista e Pesquisador da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas. Contato: alexsandromedeiros@ufam.edu.br

2 Para as citações da obra de Aristóteles, utilizou-se as referências numéricas existentes na obra, de preferência ao número da página. Tal referência facilita a busca pela citação em edições diferentes daquela utilizada neste texto, independente do número da página, desde que a edição consultada também apresente as referências numéricas que aparecem no corpo do texto.

3 Chih (2009, p. 11 – grifo do autor) ressalta que o conceito de *eudaimonia*, embora traduzido por felicidade, consiste muito mais em “uma atividade prática que envolve o uso de nossas disposições e de nossas capacidades psíquicas do que como um sentimento momentâneo, um estado ou uma emoção como quando alguém se declara ‘feliz’, porque sentiu a alegria de uma vitória numa disputa atlética”. O conceito de *eudaimonia*, portanto, vai além da ideia de uma emoção passageira ou momentânea.

Admite-se geralmente que toda arte e toda investigação, assim como toda ação e toda escolha, têm em mira um bem qualquer, e por isso foi dito, com muito acerto, que o bem é aquilo a que as coisas tendem. Mas observa-se entre os fins uma certa diferença: alguns são atividades, outros são produtos distintos das atividades que os produzem. Onde existem fins distintos das ações, são eles por natureza, mais excelentes do que estas.

Todas as ações humanas visam um fim com o propósito de obter um bem. E esse bem, como uma finalidade própria da vida humana, é a *eudaimonia* (felicidade). Mesmo que a ideia de felicidade seja diferente para cada pessoa, como de fato sucede, o fato é que todos querem e desejam uma vida feliz.

Diferem, porém, quanto ao que seja a felicidade, e o vulgo não o concebe do mesmo que os sábios. Os primeiros pensam que seja alguma coisa simples e óbvia, como o prazer, a riqueza ou as honras, muito embora discordem entre si; e não raro o mesmo homem identifica com diferentes coisas, com a saúde quando está doente, e com a riqueza quando é pobre (ARISTÓTELES, 1984, 1095a 20-25).

Se todos querem e almejam uma vida feliz, nada mais justo do que então se perguntar acerca dessa tal felicidade. Afinal, o que é a felicidade, o que é uma vida feliz? E acima de tudo, o que fazer para alcançar uma vida boa e feliz? São questões como estas que são levadas à cabo pelo filósofo logo no primeiro livro de sua obra magistral *Ética a Nicômaco*. E é significativo que um livro sobre ética trate da questão da felicidade antes mesmo de analisar quais são e o que são as virtudes, pois a resposta dada por Aristóteles de como alcançar uma vida feliz, como veremos, passa pelo bom uso da razão e das virtudes⁴.

O cerne da argumentação de Aristóteles passa pela análise daquilo que é próprio do ser humano pois, conhecendo sua natureza, é possível saber o que fazer para encontrar sua realização. Aristóteles analisa então o que faz parte da natureza humana e conclui que homem é o único animal capaz de reflexão, “de refletir sobre suas ações passadas, presentes e futuras segundo qualidades que, além de manifestarem prazer e dor, manifestam também o útil e o nocivo, o justo e o injusto, o bem e o mal” (LOPES, 2004, p. 12). O homem não é apenas um ser dotado de apetites, como os outros animais, nele existe a razão, a capacidade de reflexão. “Por isso, ele não vive apenas para satisfazer as exigências naturais de sua animalidade, mas, principalmente, vive para exercer-se segundo o que

4 O argumento de que a felicidade é uma atividade conforme a virtude encontra-se tanto no Livro I da *Ética a Nicômaco*, como é retomado também no Livro X da obra.

há de melhor nele – a sua racionalidade” (LOPES, 2004, p. 19). Sendo a função característica do homem e que claramente o distingue dos demais seres vivos a racionalidade, é na realização dessa função que ele encontra seu maior bem.

O simples fato de viver é, evidentemente, uma coisa que o homem compartilha, inclusive, com os vegetais; ora, o que nós procuramos é o que é próprio ao homem. Então, devemos deixar de lado a vida de nutrição e a de crescimento. A vida sensitiva viria em seguida, mas essa ainda parece comum ao cavalo, ao boi e a todos os animais. Resta, portanto, uma certa vida prática da parte racional da alma, a qual pode ser encarada, de um lado no sentido em que é submissa à razão e, de outro, no sentido em que possui a razão e o exercício do pensamento (ARISTÓTELES, 1984, 1097b 33).

Aristóteles, portanto, ao estabelecer uma divisão das partes da alma, conclui que ela é dotada de uma parte racional e outra irracional. A parte irracional é comum a todos os seres vivos e inclui a alma vegetativa e a alma apetitiva.

Ao falar da alma (*psykhē*) na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles a divide em três partes: a racional, que possui o princípio racional (*tō lōgōn*), e a irracional (*tō állogon*), sendo que nesta última existe a faculdade desiderativa (*tō orektikón*) e a vegetativa (*tō phytikón*). A faculdade vegetativa é comum a todos os seres vivos que assimilam alimentos, é a faculdade responsável pela nutrição e pelo crescimento, enquanto a faculdade desiderativa, que pode ter a participação do elemento racional, se refere à parte da alma relacionada às paixões (*pathē*) e aos desejos (*epithymias*) (CATUNDA, 2008, p. 130).

No homem surge a parte racional, a atividade da razão, que o diferencia dos demais seres vivos. Visto ser a razão a essência característica do homem, realiza ele a sua natureza vivendo racionalmente e sendo disto consciente. Agir conforme a razão é agir de acordo com o que há de melhor no homem e, assim, consegue ele a felicidade e a virtude, que é precisamente uma atividade conforme à razão (como veremos mais adiante), isto é, uma atividade que pressupõe o conhecimento racional. Logo, o fim do homem é a felicidade, a que é necessária à virtude, e a esta é necessária a razão.

Aristóteles não ignora que existem formas diferentes de pensar e entender a felicidade como já vimos acima e é sobre estas questões que ele irá se debruçar antes de demonstrar a sua concepção de felicidade que, como dissemos, está de alguma forma relacionada com princípios éticos e morais e com a vida em sociedade.

Passemos então a analisar quais são esses diferentes tipos de felicidade para depois então compreender como essa felicidade só pode realizar-se no seio de uma comunidade política e orientada por valores e princípios éticos. Veremos então como Aristóteles, baseado em sua concepção teleológica de que tudo visa um fim,

construiu um sistema de preceitos e condutas que orientam as pessoas a agirem retamente buscando um ideal de felicidade baseado na convivência harmoniosa na cidade, de forma que a natureza do homem seja moldada e encontre completude no âmbito da política e da ética (AMARAL; SILVA; GOMES, 2012, p. 19).

OS TIPOS DE FELICIDADE

Dentre os diferentes tipos de felicidade Aristóteles passa a considerar aquelas que são bem evidentes. Existem aqueles que identificam a felicidade com a riqueza, outros com o prazer e outros ainda com as honrarias. Ora, quem não acredita que a felicidade está, de alguma forma, relacionada com o bem estar material e que, quanto mais dinheiro, maior a felicidade que a vida proporciona? E quem não sente um prazer indescritível ao receber algum tipo de honra, sobretudo em uma sociedade como a nossa que valoriza o espetáculo e a exposição pessoal?

Todavia, para Aristóteles (1984, 1095b 14-15), a felicidade não está nos prazeres.

A julgar pela vida que os homens levam em geral, a maioria deles e os homens de tipo mais vulgar, parecem (não sem um certo fundamento) identificar o bem ou a felicidade com o prazer, e por isso amam a vida dos gozos. (...) A grande maioria dos homens se mostram em tudo iguais a escravos, preferindo uma vida bestial.

Para aqueles que identificam a felicidade com o prazer, Aristóteles não nega que os prazeres materiais e físicos sejam agradáveis. O que ele ressalta é que tais satisfações não são suficientes para garantir a felicidade porque dependem de um fato externo aos indivíduos. “[...] a vida feliz descrita na *Ética* não é a dos gozos materiais ou físicos, mas Aristóteles insiste que ela é igualmente uma vida agradabilíssima porque contém em si o máximo das satisfações possíveis” (DONINI; FERRARI, 2012, p. 254). É motivo de felicidade, por exemplo, o prazer da especulação filosófica ou o prazer da prática das virtudes que é agradável.

vel para quem as possui e prática. Segundo Aristóteles (1984, 1099a 17 e 21), “o homem que não se regozija com as ações nobres não é sequer bom [...] Sendo assim, as ações virtuosas devem ser aprazíveis em si mesmas”.

A questão do prazer é retomada no Livro X da *Ética a Nicômaco*: “julga-se que ele [o prazer] está intimamente relacionado com a nossa natureza humana [...] essas coisas nos acompanham durante a vida inteira, com um peso e um poder próprios tanto no que toca à virtude como à vida feliz” (ARISTÓTELES, 1984, 1172a 19 e 24-25). Há a opinião daqueles que julgam que o prazer é o bem; para outros ele é mal, pois aqueles que se inclinam para uma vida de prazeres terminam como seus escravos. Consoante com os argumentos já desenvolvido no Livro I, o filósofo pondera que “nem o prazer é o bem, nem todo prazer é desejável, e que alguns prazeres são realmente desejáveis por si mesmos” (ARISTÓTELES, 1984, 1174a 9-10). No mesmo Livro X encontramos também a ideia de que, embora Aristóteles não identifique a felicidade com o prazer, ele também não nega que haja prazer na busca pela felicidade, por exemplo, quando se trata da atividade filosófica e contemplativa “julga-se que o seu cultivo oferece prazeres maravilhosos pela pureza e pela durabilidade, e é de se supor que os que sabem passem o seu tempo de maneira mais aprazível do que os que indagam” (ARISTÓTELES, 1984, 1177a 25-27).

No que concerne à felicidade, ela também não está na riqueza. “Quanto à vida consagrada ao ganho, é uma vida forçada, e a riqueza não é evidentemente o bem que procuramos: é algo de útil, nada mais, e ambicionado no interesse de outra coisa” (ARISTÓTELES, 1984, 1096a 6-8).

Quem pensa que a felicidade possa estar na riqueza esquece que o bem estar material é apenas uma forma ilusória de felicidade, pois se assim o fosse a felicidade dependeria de algo que é externo ao ser humano e esse é um dos fatores que Aristóteles irá levar em consideração para definir o que seja uma vida feliz: a felicidade não pode depender de algo que é externo aos homens, pois assim sendo, a felicidade seria algo que depende menos de si mesmo do que de algo acidental.

[...] se a felicidade fosse identificada com a fortuna, ela seria dependente das circunstâncias externas. Mas sabemos que a felicidade depende, em muitos casos, da escolha deliberada, escolha esta que implica um certo uso prático da faculdade racional. Logo, não poderia conceber a felicidade como algo dependente daquelas circunstâncias extrínsecas que escapam às decisões do indivíduo (CHIH, 2009, p. 64).

A felicidade também não se encontra na honra, pois a honra “depende mais de quem a confere que de quem a recebe, enquanto o bem nos parece ser algo próprio de um homem e que dificilmente lhe poderia ser arrebatado” (ARISTÓTELES, 1984, 1095b 24-26).

No Livro X da *Ética a Nicômaco*, Aristóteles (1984 1176b 10-30) desenvolve ainda a ideia de que a felicidade não está na recreação, no divertimento ou no lazer. “A felicidade não reside, por conseguinte, na recreação; e seria mesmo estranho que a recreação fosse o fim, e um homem devesse passar trabalhos e suportar agruras durante a vida inteira simplesmente para divertir-se” (ARISTÓTELES, 1984, 1176b 27-30). O divertimento é uma espécie de relaxamento e, naturalmente, precisamos desse tipo de relaxamento, porque não se pode trabalhar incansavelmente, todavia, nem o divertimento nem o relaxamento é um fim em si mesmo e não é esse o caso que estamos buscando para definir o que seja a felicidade.

“Diferentemente da honra, da inteligência e da riqueza, a felicidade é auto-suficiente (*autárkeia*)⁵, pois não necessita de bens exteriores para ser atinvida, ao passo que os outros meios são buscados em favor de distintos bens” (AMARAL; SILVA; GOMES, 2012, p. 15). A felicidade é um bem em si mesmo e não em função de nada que lhe seja exterior. “A felicidade, todavia, ninguém a escolhe tendo em vista algum destes [a honra, o prazer, a riqueza], nem, em geral, qualquer coisa que não seja ela própria” (ARISTÓTELES, 1984, 1097b 6-7).

O fato de ser um bem em si mesmo não significa que os bens exteriores não ajude a ter uma vida feliz, como pondera Hobuss (2015, p. 27-28)

O sábio, ele também, possui a necessidade de bens exteriores, como diz Aristóteles, ele é humano, “e a natureza humana não é plenamente autossuficiente pelo exercício da contemplação, mas é necessário que o corpo esteja em boa saúde, que ele receba alimentação, etc.”, não sendo possível, “sem a ajuda dos bens exteriores, ser perfeitamente feliz”. Não há a necessidade de muitos bens, tão somente o imprescindível para viver uma vida de acordo com a virtude.

De qualquer modo, é preciso encontrar se não existe algo que torne o homem feliz por suas próprias ações e dependa muito mais de si mesmo do que de fatores externos a sua existência.

5 “[...] definimos a auto-suficiência como sendo aquilo que, em si mesmo, torna a vida desejável e carente de nada. E como tal entendemos a felicidade, considerando-a, além disso, a mais desejável de todas as coisas [...] A felicidade é, portanto, algo absoluto e auto-suficiente, sendo também a finalidade da ação” (ARISTÓTELES, 1984, 1097b 14-17 e 20-21). A ideia de auto-suficiência da felicidade também é retomada no Livro X da *Ética a Nicômaco*, (1984, 1176b 5).

Mas então o que é ser feliz para Aristóteles? A felicidade (*eudaimonia*) é uma atividade conforme a reta razão e o uso das virtudes. Seguimos aqui a ideia de uma complementaridade da noção de felicidade enquanto uma atividade teórica (contemplativa, intelectual) e uma atividade prática, que faz uso da virtude, sejam elas as virtudes dianoéticas (prudência, sabedoria) ou éticas (coragem, temperança, etc.). “Compreende-se que as virtudes éticas sejam tão necessárias quanto as virtudes intelectuais, para constituírem a atividade fundamental da natureza humana” (CHIH, 2009, p. 62). Uma concepção que considera a felicidade a composição de todos estes fatores, sem excluir o outro, que poderíamos chamar de inclusivista (ACKRILL, 1999).

À concepção de felicidade como uma atividade conforme à virtude e racional, é preciso acrescentar o elemento contemplativo, teórico, intelectual, no sentido de que nos aproxima daquilo que é divino em nós. “Isto é, ela faz com que a nossa vida se assemelhe à vida dos deuses; essa vida é possível na medida em que nos imortalizamos, em virtude da própria existência da razão (*nous*) divina que há em nós” (CHIH, 2009, p. 66). Todavia, é preciso ressaltar, que não é uma contemplação desprendida do mundo concreto. O homem contemplativo, embora exercita aquilo que há de tal modo excelente que o aproxima dos deuses não é um homem liberto das contingências da vida e, embora o homem contemplativo não necessite de muitas coisas para o exercício de sua atividade, ele deseja praticar ações conforme as virtudes pois sabe que convive com os outros de sua espécie. Assim, “a atividade moral (*praxis*) e a atividade intelectual (*theoria*) se complementam, constituindo a vida completa do homem feliz” (CHIH, 2009, p. 71 – grifos do autor).

Temos então uma vida reflexiva pautada na ação virtuosa cujo objetivo é auxiliar-nos na realização da felicidade. E essa felicidade só pode ser alcançada “de modo excelente e virtuoso por uma *praxis* [...] isto é, por uma atividade efetiva, concreta e atualizante, que não se restringe apenas ao conhecimento” (CHIH, 2009, p. 17 – grifo do autor).

Ao definir a felicidade como uma atividade da razão e atrelada a prática das virtudes, Aristóteles se faz coerente com a ideia de que a felicidade deve ser algo buscada em si mesmo e que não dependa de nada exterior. Afinal, temos aqui algo em torno do qual não há nada que nenhum homem não possa alcançar e que não dependa exclusivamente de suas disposições interiores. O uso da razão, da reta razão, da razão com equilíbrio, não é algo que dependa de alguém ou de qualquer objeto exterior, é algo que depende única e exclusivamente de si

mesmo. O mesmo pode ser dito em relação a prática das virtudes. Se escolho ser temperante ou intemperante, corajoso ou covarde, não é algo que dependa muito mais de si mesmo do que de fatores externos. E, nesse caso, uma vida feliz é algo que pode ser alcançada por todos, sem exceção, porque a felicidade não depende de bens materiais ou da satisfação de prazeres passageiros. Uma vida feliz é algo que pode ser alcançada por todos, desde que homens sábios e racionalmente equilibrados.

Não é de se admirar também que a prática da virtude esteja de alguma maneira relacionada com o uso da razão. Aristóteles não disse que basta o uso da reta razão ou que basta a prática da virtude para se tornar uma pessoa feliz. Ele conjugou estes dois fatores porque, na visão do *estagirita*, a prática da virtude está de alguma forma ligada com o uso da razão. O homem virtuoso é aquele que é capaz de agir de acordo com a razão e, por conseguinte, dominar suas paixões e se afastar dos vícios (*kakós*)⁶. O homem que se deixa guiar pela razão se torna temperante, não se deixando dominar pelos desejos em excesso ou pela falta deles. Os homens são capazes de agir de acordo com o vício ou a virtude, deixar-se dominar pelos vícios ou governar-se de acordo com a parte racional da alma.

A composição dessas duas faculdades, o apetite e a razão, por um lado, distingue os homens dos deuses, cuja natureza, por não ser composta, não envolve bons ou maus apetites: a bem-aventurança dos deuses não exige atos de justiça, de coragem, de temperança, de liberalidade etc.. Por outro, distingue os homens dos animais irracionais, que não possuem vício ou virtude, porque nunca agem em desacordo com sua natureza, também composta, mas não racional, e realizam sua essência de acordo com suas especificidades naturais (LOPES, 2004, p. 20).

A VIDA FELIZ E O VIVER BEM EM SOCIEDADE

Falta analisar agora a vida feliz em sociedade. Para um filósofo grego como Platão e Aristóteles é inconcebível pensar a vida unicamente do ponto de vista individual. Os filósofos gregos não separam o indivíduo do cidadão, por isso, a busca por uma vida feliz passa necessariamente pela vida em comunidade, pela vida na *polis*, pois o homem é um animal político – um *zoon politikon* (ARISTÓTELES, 1985) – e não pode se afastar da vida em sociedade. Não só a existência humana deve ser pensada em sociedade como deve visar o melhor dos fins, ou seja, uma vida feliz. “E isto, como é de ver, concorda com o que dissemos no princípio, isto é, que o objetivo da vida política é o melhor dos fins, e essa

⁶ Em Reale (2007, p. 107 e 108) há um elenco de virtudes e vícios.

ciência dedica o melhor de seus esforços a fazer com que os cidadãos sejam bons e capazes de nobres ações” (ARISTÓTELES, 1984, 1099b 28-31).

A ciência responsável pelo estudo da *polis* é a política que, enquanto ciência prática, está diretamente relacionada com a ética⁷: “elas apenas se diferenciam pelo fato de a primeira apresentar uma dimensão social, coletiva, enquanto a outra se restringe ao particular, individual” (AMARAL; SILVA; GOMES, 2012, p. 12). E agora percebemos também que, além de não se dissociar da ética, a política deve fazer com que os cidadãos sejam nobres, capazes de boas ações, e, felizes. À ciência política cabe investigar as ações belas e justas, o bem mais elevado dentre os bens práticos, o bem humano, a ser promovido na cidade. “Aristóteles não deixa margem a dúvidas: o bem humano pertence à ciência política. E esta é uma ciência prática, na medida em que legisla sobre as ações que devem ser praticadas ou não. Investiga as ações belas e justas a serem promovidas na *polis*” (CHIH, 2009, p. 19).

É na vida em comunhão com os demais que os indivíduos encontram sua mais plena realização. Se individualmente existe um propósito para as ações humanas, o mesmo pode ser dito em relação a vida social e, para a vida na cidade (na *polis*), a finalidade é o viver bem em uma comunidade.

A finalidade da política é o bem da cidade e o bem de seus cidadãos, que só pode ser alcançado mediante ações boas e nobres. “Vale dizer que o modo próprio de realização da cidade não se configura, expressamente, não recebe sua forma, sem a latitude de autonomia ética desse animal político, o homem” (LOPES, 2004, p. 37). Por isso a ética e a política estão diretamente relacionadas e o viver bem em comunidade está diretamente relacionado com a vida virtuosa e sábia de seus cidadãos.

o homem que Aristóteles analisa e de quem descreve os comportamentos corretos é sempre pensado por ele como o cidadão de uma sociedade organizada, uma pessoa que vive entre concidadãos em relação aos quais age e se comporta de modo a permitir que se chame a sociedade boa ou nociva. O agente moral da ética de Aristóteles é antes de tudo e sempre um cidadão da *polis* (DONINI; FERRARI, 2012, p. 250).

A felicidade está diretamente relacionada com o espaço público da *polis*. Não se pode ser feliz vivendo no isolamento, mas na vida em comunidade:

⁷ Tal como a política, a ética também é uma ciência prática. “Segundo a classificação aristotélica das ciências, a ética é uma ciência prática porque não tem por objetivo o mero conhecimento, mas visa também fazer com que nos tornemos bons” (DONINI; FERRARI, 2012, p. 248). E como ciência prática, a ética deve não apenas investigar o que é o bem, mas o que fazer para nos tornarmos bons.

“a felicidade não poderá ser apartada do âmbito social e político. É esta a ideia fundamental. Podemos formulá-la da seguinte forma: a *eudaimonia* é um bem excelente, completo e auto-suficiente, situado no mundo social” (CHIH, 2009, p. 42 – grifo do autor).

Ao buscar uma definição do que seja o bem tendo como horizonte o espaço sócio-político da polis, Aristóteles entende que esse bem é o mesmo tanto para o indivíduo quanto para o cidadão e a vida feliz não é possível no isolamento ou em um distanciamento em relação ao espaço da *polis*.

Não só a política enquanto ciência prática, mas também o político, o homem que exerce a política “goza a reputação de haver estudado a virtude acima de todas as coisas, pois que ele deseja fazer com que os seus concidadãos sejam bons e obedientes às leis” (ARISTÓTELES, 1984, 1102a 9-11). O político deve estudar e examinar a virtude tanto do ponto de vista teórico quanto prático. Do ponto de vista teórico porque sem esse conhecimento ele não terá como fazer com que os cidadãos sejam capazes de boas e nobres ações. Do ponto de vista prático porque, pertencendo a uma comunidade que almeja a vida feliz, ele deve também ser um cidadão virtuoso.

Para que o sujeito possa alcançar a vida feliz, seja enquanto indivíduo, seja enquanto cidadão, ele precisa agir. Sua ação deve ser inserida em uma atividade social e ética, pois só assim ele poderá se habituar às ações excelentes.

E dentro dessa atividade social e ética há que se observar a prática das virtudes que, segundo o filósofo, constitui em uma atividade segundo a razão, mais precisamente é ela um hábito segundo a razão – para alcançar a felicidade tem grande valor a ideia aristotélica de virtude concebida como *hábito racional* –, um costume moral, uma disposição constante, reta, da vontade, que deve ser adquirida mediante a ação, a prática, o exercício e, uma vez adquirida, estabiliza-se, mecaniza-se; torna-se quase uma segunda natureza e, logo, torna-se de fácil execução – assim como o vício.

As virtudes éticas derivam em nós *do hábito*, pela natureza somos potencialmente capazes de formá-los e, mediante o exercício, traduzimos essa potencialidade em atualidade. Realizando atos justos, tornamo-nos justos, adquirimos a virtude da justiça, que, depois, permanece em nós de maneira estável como um *habitus*, o qual em seguida, nos fará realizar mais facilmente ulteriores atos de justiça. Realizando atos de coragem, tornamo-nos corajosos, isto é, adquirimos o *habitus* da coragem, que em seguida nos levará a realizar facilmente atos corajosos. E assim por diante (REALE, 2007, p. 105).

A virtude não é inata no ser humano, mas adquirida pelo hábito⁸. Na medida em que o homem se habitua a praticar ações virtuosas, ele se torna virtuoso. É praticando a virtude da coragem que ele se torna corajoso, a virtude da temperança que ele se torna temperante. Por conseguinte, a felicidade depende dessa disposição para agir virtuosamente, já que a felicidade é concebida como um resultado das ações virtuosas: “abre-se um campo em que é possível a realização do bem humano. A realização se dá através das ações, principalmente daquelas que são paradigmaticamente virtuosas” (CHIH, 2009, p. 20). É só com o tempo e com a prática que seu caráter vai sendo moldado de acordo com as disposições morais mais apropriadas, serão formadas sua conduta ético-política, a sua qualidade de indivíduo e cidadão virtuoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Aristóteles, a felicidade (*eudaimonia*) é a realização bem-sucedida da natureza humana: a de animal ético político racional. O homem pode deixar-se dominar por seus apetites e vícios ou agir de forma sábia e procurar viver eticamente e de acordo com sua razão, em uma comunidade organizada segundo a justiça – a cidade, e nisso consiste sua felicidade.

Vimos que para ser feliz o indivíduo deve ser virtuoso. A riqueza e outros bens pertencem à ordem das coisas úteis e podem até favorecer a felicidade. Mas se um homem não for bom e não possuir a virtude, mesmo que possua riqueza, poder, todos os bens da fortuna, ele não será feliz, no sentido a que define Aristóteles, pois para o filósofo, a felicidade não se define pela boa fortuna ou pela quantidade de honras ou poder concedidos a uma determinada personalidade.

Todavia há que considerar que a busca pela felicidade não deve ser só apenas uma preocupação individual, mas social e coletiva. E um dos objetivos da política consiste em promover uma vida feliz para seus cidadãos, concomitantemente com a prática da excelência ou da virtude. A política deve criar as condições necessárias para o exercício das ações nobres de seus cidadãos. A política vai além das deliberações e do julgamento das questões administrativas e relativas à comunidade. A política se ocupa com o exercício das virtudes humanas, para formar o cidadão virtuoso. E o político, aquele que se ocupa da atividade política, deve igualmente ser virtuoso. Somente assim, à medida que todos se tornarem

⁸ Aqui uma observação merece destaque em relação ao papel da educação na formação do caráter dos indivíduos (embora essa ideia não seja aqui desenvolvida): a educação desempenha um papel fundamental; é papel dos educadores levar a pouco e pouco à formação de uma disposição de caráter virtuoso nos indivíduos.

cidadãos virtuosos, a felicidade poderá ser alcançada.

Finalmente compreende-se porque o homem deve agir de acordo com a excelência da alma (razão e virtude): para que a sua atividade seja boa, nobre, moralmente virtuosa, desejável enquanto cidadão da *polis* e em vistas da felicidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

J. L. ACKRILL (1999). “Aristotle on Eudaimonia”. In: N. Sherman (ed.). *Aristotle’s Ethics. Critical Essays*. Rowman & Littlefield Publishers.

R. A. P. Amaral; D. A. Silva; L. I. Gomes (2012). “A *eudaimonía* aristotélica: a felicidade como fim ético”. *Revista Vozes dos Vales*, n. 1, ano 1, p. 1-20. Disponível em: <<http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/volume-i/>>. Acesso em 11/02/2018.

Aristóteles (1985). *Política*. Trad. por Mário da Gama Kury. Brasília: UnB.

_____. (1984). *Metafísica (Livro I e II); Ética a Nicômaco; Poética*. São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os Pensadores).

R. R. B. Catunda (2008). “Considerações iniciais sobre a eudaimonia e as excelências na *Ética a Nicômaco*”. *Polymatheia – Revista de Filosofia*, v. 4, n. 5, p. 127-144. Disponível em: <<http://www.uece.br/polymatheia/index.php/component/content/article/96>>. Acesso em 18/01/2018.

C. Y. Chih (2009). *A eudaimonia na polis excelente de Aristóteles*. São Paulo: Departamento de Filosofia. Universidade de São Paulo (dissert. Policop).

P. Donini; F. Ferrari (2012). *O exercício da razão no mundo clássico: perfil de filosofia antiga*. São Paulo: Annablume Clássica. (Coleção Archaí: as origens do pensamento ocidental)

J. F. N. Hobuss (2015). *Elementos de filosofia antiga: estudos sobre a filosofia prática de Aristóteles* [recurso eletrônico]. Pelotas: NEPFIL online. Disponível em: <<http://nepfil.ufpel.edu.br/publicacoes/3-elementos-de-filosofia-antiga.pdf>>.

M. Lopes (2004). *Ação ética e virtude cívica em Aristóteles*. São Paulo: Departamento de Filosofia. Universidade de São Paulo (tese policop).

G. Reale (2007). *Aristóteles. História da filosofia grega e romana*. Tradução de Henrique C. L. Vaz e Marcelo Perine. São Paulo: Loyola.